



CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

DIVISÃO DE URBANISMO

SERVIÇO DE PLANEAMENTO

PLANO DE PORMENOR

1.^a FASE DA ÁREA INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DO PINHAL DA
GANDRA

PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO

Abril 2022

[Esta página foi deixada propositadamente em branco]

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	1
2. PROGRAMAÇÃO E FONTES DE FINANCIAMENTO	1
3. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	4

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Programação das intervenções a executar	1
Quadro 2 – Orçamento Municipal 2020	7
Quadro 3 – Equilíbrio Orçamental 2020	7
Quadro 4 – Estrutura da receita (variação 2020/2021)	8
Quadro 5 – Estrutura da despesa (variação 2020/2021)	8
Quadro 6 – Valor (médio) estimado de venda de lotes	9

[Esta página foi deixada propositadamente em branco]

1. INTRODUÇÃO

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, determina através das alíneas d) e f) do n.º 2 do artigo 107.º que o Plano de Pormenor deve ser acompanhado por “**Programa de execução das ações previstas**” e “**Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira**”.

Assim sendo, este documento constitui um dos elementos que acompanha a proposta de elaboração do Plano de Pormenor da 1.ª fase da Área Industrial e Empresarial do Pinhal da Gandra, **indicando a programação de execução e as respetivas fontes de financiamento das ações/intervenções previstas, bem como a avaliação da sustentabilidade financeira do Município para a execução das ações/intervenções em causa.**

Neste sentido, importa destacar, que a **validade do programa de execução e plano de financiamento está diretamente associada às opções feitas em determinado contexto**, pelo que dado o seu caráter dinâmico, deverá ser **aferido à medida que surjam evoluções capazes de afetar os resultados previstos**. Deste modo, este documento deve **funcionar como um instrumento estratégico e orientador das intervenções a realizar, não constituindo um programa de gestão financeira de aplicação direta.**

2. PROGRAMAÇÃO E FONTES DE FINANCIAMENTO

Para a **execução do presente Plano de Pormenor prevê-se um horizonte temporal de 24 meses com um esforço financeiro previsível a rondar o montante global de 3.100.000€** de acordo com o definido no quadro seguinte. De qualquer forma, importa referir, que estes valores são considerados estimativas de custos de cada uma das intervenções, os quais se encontram sujeitos à necessária aferição, nomeadamente aquando a elaboração dos respetivos projetos de execução.

Quadro 1 – Programação das intervenções a executar (24 meses)

INTERVENÇÕES	TRIMESTRES								VALOR ESTIMADO (€) (+ IVA)
	1º ano				2º ano				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
Projetos de execução									100 000,00
Movimento de terras e obras preparatórias									750 000,00
Infraestruturas e arranjos exteriores									1 500 000,00
Pavimentação									750 000,00
Total									3 100 000,00

A **execução do Plano é da responsabilidade do Município da Figueira da Foz**, sendo da sua competência a realização das intervenções previstas. Deste modo, nos termos do n.º 1 do artigo

147.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), o **sistema de execução adotado para o presente Plano é o sistema de cooperação entre o Município e eventuais particulares interessados**, atuando de forma coordenada e de acordo com a programação estabelecida.

Assim sendo, a **principal fonte de financiamento para a execução das intervenções propostas assenta no recurso a financiamento municipal e complementarmente com recurso a financiamento nacional/comunitário, bem como, quando aplicável, no recurso a financiamento privado.**

Em conformidade com o referido anteriormente, importa destacar a **elevada determinação do Município na execução das intervenções propostas, afetando, sempre que possível, fundos municipais à sua execução, reforçadas com fontes de financiamento nacionais e/ou comunitárias e/ou privadas.** Desta forma, o **valor estimado para a execução das intervenções em causa, deverá estar consignado no Orçamento Municipal de 2022 e no(s) orçamentos do(s) ano(s) que lhe vierem a suceder**, tendo em consideração o período de referência previsto para a execução das intervenções propostas. Adicionalmente, **caberá ao Município, enquadrar de forma adequada as intervenções propostas nos programas de financiamento nacionais e comunitários, bem como, quando aplicável, coordenar a colaboração entre o Município e os eventuais particulares interessados a participar na execução/infraestruturação da área industrial e empresarial.**

Neste âmbito e tendo em consideração o período de indefinição em termos do novo quadro de apoio comunitário (**Portugal 2030**), consideram-se ainda no presente documento os seguintes programas de financiamento nacionais/comunitários eventualmente aplicáveis às intervenções propostas, que no presente momento são possíveis identificar, circunstância que não impede de serem promovidos outros que não se encontrem identificados ou se desconheçam nesta data:

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

- **Componente 5 | Capitalização e Inovação Empresarial**
 - Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial
 - Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial
 - Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para tecido produtivo

Componente integrada na dimensão resiliência, em que visa aumentar a competitividade e a resiliência da economia com base em I&D, inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva, fazendo parte as Agendas Mobilizadoras e Verdes para a Inovação Empresarial. Os investimentos agregados nesta componente visam duas prioridades estratégicas que têm uma relação sinérgica: por um lado,

reforçar a capacitação do sistema científico e a ligação entre o sistema académico, científico e tecnológico e o tecido empresarial português, por outro, contribuir para mitigar a falha de mercado no acesso a financiamento empresarial e, em particular, os problemas de solvência das empresas portuguesas.

- Componente 7 | Infraestruturas

- Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)
- Missing links e aumento da capacidade da Rede
- Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias

Esta componente inserida na resiliência do PRR, pretende apoiar a realização das seguintes intervenções:

- ❖ Soluções de auto produção de energia renovável, de modo a consolidar o conceito de Comunidade de Energia Renovável (CER), associado a Dispositivos de Armazenamento de Energia;
- ❖ Criar ilhas de qualidade energética A+, em AAE, com maior densidade de consumidores;
- ❖ Disponibilizar soluções de carregamento de viaturas elétricas e abastecimento a hidrogénio;
- ❖ Potenciar a cobertura de banda larga rápida (5G) em AAE em áreas do interior, como forma de suportar desenvolvimentos pioneiros sobre a nova tecnologia;
- ❖ Criar soluções ativas e inovadoras de resiliência ativa a incêndios.

- Componente 11 | Descarbonização da Indústria

Esta componente assenta em oportunidades de financiamento que promovam uma indústria com menos gastos energéticos e com uma maior aposta no uso de fontes endógenas. Com vista à contribuição para o alcance de um ecossistema empresarial neutro em carbono.

Portugal 2020

- Programas Operacionais Temáticos

- COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização);
- PO-SEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos);

- Programas Operacionais Regionais

- CENTRO 2020 (Programa Operacional da Região Centro).

Desta forma e conforme já referido, **competirá ao Município, quando aplicável, enquadrar de forma adequada nos programas referidos, as reformas e investimentos (PRR) ou eixos e medidas (Portugal 2020) que podem acolher as intervenções previstas.** Contudo, a identificação dos programas supramencionados é efetuada num quadro de indefinição elevado, uma vez que estamos perante a fase terminal do atual Portugal 2020, a execução do PRR está a iniciar-se com o lançamento dos primeiros concursos e não é possível atualmente identificar no futuro quadro comunitário os eventuais mecanismos de financiamento a que se poderá recorrer. Assim sendo, **não foram definidas com maior detalhe as fontes de financiamento/investimento necessárias à implementação das intervenções consideradas, sobretudo atendendo à incerteza que existe atualmente quanto aos mecanismos de financiamento a que se poderá recorrer no futuro.**

3. Sustentabilidade financeira

Para efeitos de avaliação da sustentabilidade financeira do Município para a execução das intervenções identificadas no capítulo anterior, **apresenta-se o investimento previsto nas Grandes Opções do Plano/Orçamento Municipal de 2021**, bem como de forma resumida os **investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano/Orçamento em causa relacionados com as intervenções a executar.** Também são **apresentadas as receitas, despesas e poupança corrente para o ano de 2021, previstas no respetivo orçamento e, por último, a variação da receita e despesa entre 2020 e 2021.**

Assim sendo, de acordo com as **Grandes Opções do Plano/Orçamento Municipal de 2021**, não obstante o contexto de grande incerteza, provocado pela pandemia COVID 19, com graves consequências socioeconómicas que podem vir a refletir-se no nível de cobrança das receitas fiscais, e cujos efeitos certamente se vão projetar ainda no ano de 2021 e seguintes no concelho da Figueira da Foz, em Portugal e na generalidade dos países da Europa, o **orçamento em causa continua a prever (valor superior ao do ano de 2020) uma parcela significativa para o investimento (29,8 milhões de euros)** a realizar no âmbito dos seguintes **eixos estratégicos/prioritários:**

- Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar os cuidados de saúde primários, diferenciados e especializados;
- Qualificar os espaços de acolhimento, inovação e empreendedorismo empresarial;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos e a adaptação às alterações climáticas;
- Promover a mobilidade multimodal sustentável.
- Conservar, dinamizar e proteger o património natural e cultural.
- Revitalizar, requalificar e modernizar o ambiente urbano;
- Apoiar a eficiência energética e a sustentabilidade no uso de recursos;
- Promover e dinamizar a atividade física e desportiva;

- Atenuar as vulnerabilidades sociais e aumentar a resiliência;
- Desenvolver e promover o destino turístico “Figueira da Foz”.

Especificamente no âmbito da **qualificação dos espaços de acolhimento, inovação e empreendedorismo empresarial**, assume particular relevo o projeto de requalificação e ampliação do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, sendo adicionalmente asseguradas dotações orçamentais para investimentos associados à implementação da futura zona industrial e empresarial do Pinhal da Gandra (Pincho).

Procurando diversificar a oferta, qualificar os espaços de forma a responderem às necessidades dos diversos públicos, **o Município tem desenvolvido intervenções que promovem igualmente a atratividade do território e diversificam a oferta turística**. A **criação de emprego, o poder de compra, a proximidade e a qualidade dos serviços** são fatores determinantes para se conseguir a confiança e o equilíbrio necessários para que os residentes e não residentes possam tomar decisões sobre os seus projetos futuros no concelho.

O referencial estratégico de intervenção relacionado com a componente empresarial encontra-se presente no **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz**, cujo objetivo central é o desenvolvimento de atuações que permitam **“Fortalecer a Atratividade Empresarial e Industrial da Figueira da Foz”**, através do reforço da **fixação de novas iniciativas empresariais** decorrentes das condições preferenciais no posicionamento face aos eixos e corredores de circulação viária e do acolhimento de novas atividades económicas de apoio à logística dos grandes projetos.

O **fortalecimento do empreendedorismo na Figueira da Foz**, um dos seus objetivos estratégicos definidos pelo Município, tem passado pela **implementação de um conjunto significativo de iniciativas que visam a criação de empresas, de emprego e de inovação de produtos e serviços, essenciais para o reforço socioeconómico do concelho**, ao qual se destacam:

- **Criação no Município do GAI | Gabinete de Apoio ao Investidor** – um serviço gratuito de acompanhamento personalizado às empresas e empreendedores em diversas áreas de intervenção, prestado por uma equipa interna de técnicos especializados. Desde o esclarecimento das exigências legais, agilização e acompanhamento dos processos de licenciamento, aconselhamento relativo ao território e financiamentos, estabelecimento de contactos entre possíveis parceiros locais, nacionais e internacionais e divulgação permanente de informação acerca dos incentivos financeiros de apoio comunitário e PT2020 (Boletim do Investidor Mensal);
- **IEFF | Incubadora de Empresas da Figueira da Foz** - criada com o objetivo de estimular o aparecimento de novos empreendimentos de base tecnológica, industrial ou

na área da economia do mar, proporcionando-lhes o ambiente e as condições adequadas para funcionamento das suas empresas;

- **MAREFOZ | Laboratório avançado do Pólo de Coimbra do MARE (Centro de Ciências do Mar e do Ambiente)** - unidade de I&D associada do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, visa apoiar o desenvolvimento sustentável local e regional, conduzindo investigação no domínio da avaliação e gestão de qualidade ambiental de ecossistemas aquáticos, assim como a inovação tecnológica de empresas, na área da Economia do Mar;
- **Dois Espaços de Coworking Municipais “Mercado de Ideias” e “Quartel da Imagem”**, surgem com o objetivo principal de apoiar empreendedores, empresas e profissionais liberais no seu processo de desenvolvimento e consolidação de atividades que contribuam para dinamizar e diversificar a economia local, ampliar e modernizar o tecido empresarial e contribuir para a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.
- **Existência de áreas de acolhimento empresarial e industrial**, nomeadamente o parque industrial sul que se encontra totalmente infraestruturado (gás natural, rede elétrica, rede de água potável, rede telecomunicações, saneamento e rede de incêndios). O conjunto de importantes empresas já ali instaladas, usufruem de uma centralidade e de uma densa rede de acessibilidades que lhes permite uma proximidade aos recursos e aos mercados de distribuição e consumo, adequados à tipologia de cada negócio;

O **Porto da Figueira da Foz**, estando localizado no corredor ibérico Portugal-Irún que integra a rede transeuropeia de transportes e desempenha um importante papel nas ligações de mercadorias entre a Península Ibérica e o resto da Europa (em particular, entre Castela e Leão e a Região Centro), constituindo-se como um fator estratégico diferenciador da cidade. O porto apoia ainda outras atividades relevantes como a pesca, a construção naval e o turismo gerando valor para a economia.

Importa também referir que a **ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz**, uma associação com uma história centenária na Figueira da Foz, tem a sua intervenção orientada para induzir nas empresas, direta ou indiretamente, dinâmicas que permitam responder com sucesso às novas exigências dos mercados, prestando informação e serviços técnicos relacionados com a atividade empresarial, promovendo o desenvolvimento do comércio, indústria e serviços.

Assim sendo, para o **ano de 2021**, o **investimento global neste setor** corresponde a um esforço financeiro de cerca de **1,6 milhões de euros**.

No que diz respeito à estimativa global das receitas e das despesas para o ano económico de 2021, de acordo com o quadro abaixo (Orçamento Municipal 2021), a **receita municipal** prevista no orçamento em apreço é de **€ 75.448.571**, dos quais € 53.617.020 (71,06%) dizem respeito às receitas correntes e € 21.831.551 (28,94%) correspondem às receitas de capital. A **despesa municipal** prevista no Orçamento Municipal para 2021 é de **€ 75.448.571**, dos quais € 43.248.793 (57,32%), dizem respeito às despesas correntes e € 32.199.778 (42,68%) correspondem às despesas de capital.

Quadro 2 – Orçamento Municipal 2020

			Un. Euros		
RECEITAS	VALOR	%	DESPESAS	VALOR	%
Receitas Correntes	53 617 020,00	71,06%	Despesas Correntes	43 248 793,00	57,32%
Impostos Diretos	22 210 083,00	29,44%	Despesas com Pessoal	15 316 671,00	20,30%
Impostos Indiretos	10,00	0,00%	Aquisição de Bens e Serviços	21 814 824,00	28,91%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1 493 185,00	1,98%	Juros e Outros Encargos	270 237,00	0,36%
Rendimentos de Propriedade	2 329 435,00	3,09%	Transferências Correntes	5 608 482,00	7,43%
Transferências Correntes	18 736 564,00	24,83%	Subsídios	30,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3 168 439,00	4,20%	Outras Despesas Correntes	238 549,00	0,32%
Outras Receitas Correntes	5 679 304,00	7,53%			
Receitas de Capital	21 831 551,00	28,94%	Despesas de Capital	32 199 778,00	42,68%
Venda de Bens de Investimento	382 022,00	0,51%	Aquisição de Bens de Capital		
Transferências de Capital	15 446 518,00	20,47%	Transferências de Capital	30 252 278,00	40,10%
Ativos Financeiros	70,00	0,00%	Ativos Financeiros		
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	Outras Despesas de Capital		
Outras Receitas de Capital	6 002 941,00	7,96%	Locação Financeira	119 500,00	0,16%
			Passivos Financeiros	1 828 000,00	2,42%
TOTAL	75 448 571,00	100,00%	TOTAL	75 448 571,00	100,00%

Em conformidade com o quadro 3 (equilíbrio orçamental 2021), no orçamento inicial do exercício de 2021, a **poupança corrente** apurada ao abrigo da Regra do Equilíbrio Orçamental prevista no artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, totaliza a importância de **€ 8.496.953,20**.

Quadro 3 – Equilíbrio Orçamental 2020

Un.: Euros (€)	
DESIGNAÇÃO	VALOR
Receita Corrente	53 617 020,00
Despesa Corrente	43 248 793,00
Saldo Corrente	10 368 227,00
Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	1 871 273,80
POUPANÇA CORRENTE	8 496 953,20

De acordo com o quadro infra (estrutura da receita 2020/2021), a **receita municipal de 2021** é de € 75.448.571, representando um **aumento de 23,83%** (€ 14.521.085), comparativamente com os valores do ano de 2020.

Quadro 4 – Estrutura da receita (variação 2020/2021)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO 2020		ORÇAMENTO 2021		Un.: Euros (€)	
	Valor	%	Valor	%	Variação 2020/2021	%
RECEITAS CORRENTES	45 373 665,00	74,47%	53 617 020,00	71,06%	8 243 355,00	18,17%
Impostos Diretos	21 544 307,00	35,36%	22 210 083,00	29,44%	665 776,00	3,09%
Impostos Indiretos	801 549,00	1,32%	10,00	0,00%	-801 539,00	-100,00%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	481 384,00	0,79%	1 493 185,00	1,98%	1 011 801,00	210,19%
Rendimentos de Propriedade	2 370 567,00	3,89%	2 329 435,00	3,09%	-41 132,00	-1,74%
Transferências Correntes	15 699 984,00	25,77%	18 736 564,00	24,83%	3 036 580,00	19,34%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3 627 933,00	5,95%	3 168 439,00	4,20%	-459 494,00	-12,67%
Outras Receitas Correntes	847 941,00	1,39%	5 679 304,00	7,53%	4 831 363,00	569,78%
RECEITAS DE CAPITAL	15 553 821,00	25,53%	21 831 551,00	28,94%	6 277 730,00	40,36%
Venda de Bens de Investimento	649 792,00	1,07%	382 022,00	0,51%	-267 770,00	-41,21%
Transferências de Capital	14 326 524,00	23,51%	15 446 518,00	20,47%	1 119 994,00	7,82%
Ativos Financeiros	70,00	0,00%	70,00	0,00%	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	577 435,00	0,95%	6 002 941,00	7,96%	5 425 506,00	939,59%
TOTAL DAS RECEITAS	60 927 486,00	100,00%	75 448 571,00	100,00%	14 521 085,00	23,83%

Por último, conforme estabelecido no quadro 5 (estrutura da despesa 2020/2021), a **despesa municipal de 2021**, repartida por despesa corrente e despesa de capital, é de € 75.448.571, o que corresponde a um **acréscimo de 23,83%** (€ 14.521.085) relativamente ao ano de 2020.

Quadro 5 – Estrutura da despesa (variação 2020/2021)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO 2020		ORÇAMENTO 2021		Un.: Euros (€)	
	Valor	%	Valor	%	Variação 2020/2021	%
DESPESAS CORRENTES	36 760 222,00	60,33%	43 248 793,00	57,32%	6 488 571,00	17,65%
Despesas com Pessoal	13 649 027,00	22,40%	15 316 671,00	20,30%	1 667 644,00	12,22%
Aquisição de Bens e Serviços	18 320 612,00	30,07%	21 814 824,00	28,91%	3 494 212,00	19,07%
Juros e Outros Encargos	160 995,00	0,26%	270 237,00	0,36%	109 242,00	67,85%
Transferências Correntes	4 207 327,00	6,91%	5 608 482,00	7,43%	1 401 155,00	33,30%
Subsídios	30,00	0,00%	30,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	422 231,00	0,69%	238 549,00	0,32%	-183 682,00	-43,50%
DESPESAS DE CAPITAL	24 167 264,00	39,67%	32 199 778,00	42,68%	8 032 514,00	33,24%
Aquisição de Bens de Capital						
Transferências de Capital	22 234 819,00	36,49%	30 252 278,00	40,10%	8 017 459,00	36,06%
Ativos Financeiros						
Outras Despesas de Capital						
Locação Financeira	114 445,00	0,19%	119 500,00	0,16%	5 055,00	4,42%
Passivos Financeiros	1 818 000,00	2,98%	1 828 000,00	2,42%	10 000,00	0,55%
TOTAL DAS DESPESAS	60 927 486,00	100,00%	75 448 571,00	100,00%	14 521 085,00	23,83%

Desta forma, de acordo com a avaliação da sustentabilidade financeira apresentada, é possível concluir, que o Município está em condições de assumir os diferentes investimentos propostos neste programa, sem comprometer o equilíbrio orçamental e a estabilidade financeira.

Adicionalmente à avaliação das condições do Município em assumir os diferentes investimentos propostos neste programa apresenta-se de seguida o **valor médio estimado de venda de cada um dos lotes previstos para a área industrial e empresarial do Pinhal da Gandra, o qual se estima que seja 20€/m²** (a definir em regulamento próprio), podendo o mesmo em sede de regulamento próprio ser alterado em função do impacte social, económico e ambiental que a unidade empresarial/industrial a instalar represente para a área de influência. Deste modo, verifica-se uma **expetativa de receita por via da venda futura dos lotes de 2 139 362€, o que permitirá reduzir significativamente o impacto dos custos associados aos investimentos propostos neste programa.**

Quadro 6 – Valor (médio) estimado de venda dos lotes

Identificação do lote	Área do lote (m ²)	Valor médio do lote (€)
1	10 988,9	219 778
2	5 891,7	117 834
3	4 668,2	93 364
4	19 746,1	394 922
5	19 736,8	394 736
6	19 726,8	394 536
7	17 524,6	350 492
8	8 685,0	173 700
Total	106 968,1	2 139 362

Ainda de forma complementar ao financiamento municipal e conforme referido no capítulo anterior, o **Município sempre que possível, deverá enquadrar de forma adequada a execução das intervenções propostas em programas de financiamento nacionais/comunitários**, bem como, quando aplicável, recorrer a financiamento privado.

Assim sendo, o **défi ce de investimento previsto situa-se em cerca de 960 638€, considerando-se este valor ajustado à capacidade de investimento municipal**, podendo o mesmo **ser ainda mais mitigado através do enquadramento da execução das intervenções propostas em programas de financiamento nacionais/comunitários e/ou através de financiamento privado e/ou através do futuro pagamento de impostos diretos (IMI, derrama e outros) e indiretos**. Adicionalmente, parte deste investimento municipal **deverá ser considerado recuperado em função da criação de mais emprego, bem como do crescimento e dinamização da base económica municipal.**